

AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI

ASSUNTO: **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO TEMPESTIVO, REFERENTE À DOCUMENTO, FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

Senhor Controlador-Geral:

(nome ocultado), na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, o que o faz, requerendo a manifestação do senhor sobre o Pedido de Acesso à Informação, provenientes da Lei que Reestrutura o regime Próprio de Previdência Social do Município do Recife – RPPS, Lei nº 17.142 de dezembro de 2005, cujos conteúdos normativos codificados, fazem referência à **concessão de benefício Auxílio-doença através de Licença Médica para Tratamento de Saúde- L.T.S, decorrente de incapacidade laborativa.**

RAZÕES DO RECURSO

Primeiramente, vale dizer que, o objeto do pedido de solicitação está consignado no núcleo essencial dos direitos fundamentais, **Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.** (Art. 1º, III e art. 3º, I da CRFB). As normas fundamentais explicitam que todo homem tem direito à vida digna.

Deriva-se desse conteúdo normativo, no plano internacional, **a Convenção nº 161**, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho, **Decreto nº 127, de 22 de maio de 1991** e **a Convenção nº 155, Decreto no 1.254, de 29 de setembro de 1994**, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT

Partindo da premissa da **dignidade do trabalhador**, a proteção à sua saúde é indispensável. Está previsto no art. 40 da Constituição Federal o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998**, dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). A norma dispõe em seu dispositivo:

*Art.5º - Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.*

Importa dizer que, o conteúdo normativo é compulsório, expresso nos termos do §1º do art. 5º da CRFB: “*As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata*”.

No tocante à Saúde do Trabalhador, está previsto nos art. 196 a art.200 da CFRB, que dispõem “*a Saúde é direito de todos e dever do Estado, mediante organização de um sistema único de abrangência complementar*”.

O sistema único de saúde- SUS, **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde**, define **no §3º do art. 6º** o conjunto de ações que envolve a saúde do trabalhador, dentre as quais se destaca a participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas (inciso VI).

No que diz respeito à resposta ao Pedido de Acesso à informação **nº 20170027401020534**, encaminhada por esta Controladoria, faço as devidas considerações:

1. Considerando que, o documento, RESPOSTA DA CONTROLADORIA, não atende as normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública;

2. Considerando que, sem a **IDENTIFICAÇÃO NOMINAL** não há como arguir fé de ofício. Porque, setor, secretaria ou órgão não responde documento, mas a autoridade Administrativa responsável;

3. Considerando que, a publicidade do cargo, sem **DESCRIÇÃO DA MATRÍCULA** da autoridade Administrativa, não há como saber se agente público atuou estritamente em função de seu cargo e conforme competência expressa em lei;

4. Em face aos argumentos expostos pela Controladoria, observa-se que os requisitos incluídos no pedido foram extraídos, ***registro do Formulário de Comunicado de Acidente de Trabalho do Servidor Municipal – CAT, período de 2000 2017, homologados e não homologados.***

5. Prestou-se a fornecer informações não solicitadas. Resta evidente, pois, que a resposta do órgão nega acesso à informação de maneira não justificada.

Diante de todo o exposto, reitera-se o **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO nº 20170027401020534**

Recife, 15 de novembro de 2017

Atenciosamente,